



# Jornal FNE

## Edição 42 – Nov/05

---

### Propostas e alternativas

Com as eleições marcadas para 9 de novembro, Engenheiro traz o andamento das campanhas dos candidatos ao Confea e aos Creas de sete estados apoiados pela FNE e sindicatos filiados. Com boas perspectivas, a corrida eleitoral aponta para a possibilidade de se imprimir ao Sistema a reforma necessária para torná-lo ágil, eficiente e transparente.

Polêmica que toma conta do País, o projeto de transposição do Rio São Francisco, ainda insuficientemente debatido, está nesta edição, com os principais argumentos contrários e favoráveis à iniciativa. Também em pauta uma proposta para evitar a privatização da Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista), que pode ser danosa não só ao Estado de São Paulo, mas a todo o País, tendo em vista a interligação do sistema elétrico brasileiro. Desenhada por técnicos do setor, a solução foi encampada pelo senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP), que propôs ao governador Geraldo Alckmin a gestão compartilhada da empresa, assim como da Cesp (Companhia Energética de São Paulo), pelos governos estadual e federal.

Em entrevista, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos discute a democracia e defende o Parlamento brasileiro, que considera avançado. No campo das boas soluções, uma cartilha contra os perigos da era da comunicação instantânea e uma invenção que facilita a detecção de combustível adulterado.

Boa leitura.

# CAPA

---

A greve de fome feita pelo bispo Dom Luiz Flávio Cappio, que durou dez dias e se encerrou após o Governo prometer que reabriria os debates sobre a transposição das águas do São Francisco antes do início da obra, reavivou as discussões sobre o controverso assunto. E a polêmica parece estar longe de acabar. No final de outubro, segundo noticiado pela imprensa, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, declarou que a obra será iniciada imediatamente, caso não haja impedimentos legais. Atualmente, contudo, para dar a largada no empreendimento, o Governo precisa derrubar duas liminares que tramitam no Supremo Tribunal Federal e suspenderam a licença prévia que permitia seu começo.

Intitulado “Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”, o plano, segundo informações do Ministério da Integração, é garantir a oferta de água, até o ano de 2025, a cerca de 12 milhões de pessoas que moram na zona urbana das cidades ligadas aos grandes açudes da região. “Com a integração, não vão depender exclusivamente das chuvas”, enfatiza Francisco Sarmiento, que integra a equipe de coordenação técnica do projeto, o qual custará cerca de R\$ 4,5 bilhões e está previsto para ser concluído em dois anos.

## Opiniões divergentes

Professor-doutor na área de recursos hídricos da UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), João Abner Guimarães Junior é um dos seus opositores. Conforme ele, as ações na Justiça que barram o início da obra mostram, em sua argumentação, que tem havido manipulação de dados hidrológicos, para poder criar nas bacias receptoras – do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco – déficit hídrico. Para o acadêmico, esse é inexistente, sendo o problema a falta de infra-estrutura adequada de distribuição da água nesses locais. Além disso, a transposição conflitará com outros usos já outorgados das águas do São Francisco e terá fortes impactos socioeconômicos e ambientais sobre os envolvidos. “O projeto está na contramão da história. Vai para as grandes barragens, onde não existe sequer perda por evaporação, e encarecerá insumo estratégico. Claro que 5% da população no semi-árido será beneficiada. Mas é muito pouco para um investimento tão alto”, observa Abner.

Simpático à transposição, o coordenador do Laboratório de Hidrologia da Coppe/UFRJ (Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Paulo Canedo, discorda que a retirada de água para esse fim trará impacto importante à bacia do São Francisco. Ele acredita que a integração deva ser feita, para garantir previsibilidade hídrica à região e, portanto, planejamento sobre o uso da água. Canedo lembra que serão utilizados apenas 26m<sup>3</sup>/s. “É pouco para quem está doando e terá enorme importância aos receptores.” Na sua concepção, indiscutivelmente, a disponibilidade hídrica nesses locais é baixa. “São 400m<sup>3</sup> por habitante/ano. A regra mundial diz que abaixo de 1.500m<sup>3</sup> é crítico.” Ainda de acordo com Canedo, é necessário focar a discussão nos pontos

certos, o que não tem acontecido. Por exemplo, quanto ao dimensionamento correto da obra e compensações financeiras para os estados doadores.

## OPINIÃO

---

A Lei 5.194/66, em seu artigo 7º, afirma que as atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo consistem em:

- a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- c) estudos, projetos, análises, avaliações, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- d) ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- e) fiscalização de obras e serviços técnicos;
- f) direção de obras e serviços técnicos;
- g) execução de obras e serviços técnicos;
- h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

A mesma lei, em seu art.15, leciona que: “São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, arquitetura ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta lei.”

Vários órgãos públicos, principalmente prefeituras, estão dispensando a apresentação dos registros nos Creas (Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) de empresas e profissionais por ocasião das licitações de obras e serviços.

É, assim, lamentável que os órgãos responsáveis por essa fiscalização do cumprimento da lei não atuem a contento. Neste mês de novembro, haverá eleição para a Presidência dos Creas e do Confea. É o momento para que os engenheiros votem em candidatos comprometidos com a classe tecnológica.

*Antonio Noé Carvalho de Farias é diretor da Regional Norte da FNE.*

## A questão sindical

Antônio Augusto de Queiroz

Enquanto o Governo pretende promover mudanças a partir da Proposta de Emenda à Constituição nº 369/2005, para depois regulamentar o texto constitucional já alterado, o Congresso pretende regulamentar o artigo 8º da Constituição. A CTASP (Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público) da Câmara dos Deputados, por intermédio do deputado Tarcísio Zimmermann (PT/RS), relator dos 14 projetos de lei sobre organização sindical em debate nesse colegiado, acaba de tornar pública uma proposta de substitutivo destinada a regulamentar o artigo 8º da Constituição.

Segundo palavras do próprio relator, além dos projetos de lei, seu texto levou em consideração todas as contribuições havidas recentemente sobre a matéria, incluindo as audiências públicas na CTASP, os textos produzidos nos Fórum Nacional do Trabalho e Fórum Sindical dos Trabalhadores. Em seu voto, o relator enfatiza que observou como diretrizes, além do respeito ao texto constitucional, os princípios democráticos, os valores da cidadania, da participação política e social, da representatividade, do direito ao trabalho digno, da valorização da negociação coletiva entre trabalhadores e empregadores e da promoção dos direitos fundamentais. Seu texto, ainda sujeito a aperfeiçoamentos, é um primeiro esforço da Câmara para regulamentar a organização sindical e possui muitos aspectos positivos, mas vai suscitar muito debate, especialmente em relação aos pontos mais polêmicos.

Entre os aspectos positivos, estão a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, o reconhecimento das centrais sindicais, a vinculação dos trabalhadores terceirizados ao sindicato da categoria profissional preponderante na empresa, a definição de que o mandato sindical não poderá ser superior a quatro anos, sem limites para reeleição, e, principalmente, a garantia de instrumentos democráticos de participação da base nos processos de gestão e decisão das entidades sindicais.

Especificamente sobre os processos de deliberações e gestão sindical, o texto determina que os estatutos das entidades sindicais devem assegurar os princípios de democracia interna, do amplo direito de informação aos associados e representados, da garantia do direito da ampla defesa, do respeito aos direitos das minorias, igualdade de condições para as chapas nos processos eleitorais, entre outros.

Certamente, estarão na categoria de polêmicos: o critério da proporcionalidade nas eleições sindicais; a vedação do voto do aposentado em entidade sindical; a proibição de eleger mais de um dirigente sindical em empresas com menos de 200 empregados, bem como a previsão de que nas empresas com mais de 200 empregados pode ser eleito mais um dirigente sindical a cada grupo de 200 trabalhadores; a possibilidade de criação de confederações interestaduais, a partir de três federações da mesma categoria; a filiação direta do sindicato à confederação; e, por último, a integração à categoria preponderante na empresa de todos os trabalhadores que, não fazendo parte de categoria diferenciada e não tendo optado pelo sindicato específico, estiverem à disposição da mesma empresa, independentemente da forma de contrato a que estiverem vinculados.

O texto, em sua íntegra, encontra-se disponível no campo reformas do portal do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – [www.diap.org.br](http://www.diap.org.br)).

*Antônio Augusto de Queiroz é jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap*

## ENGENHARIA

---

Ter dores-de-cabeça com a má qualidade do combustível não é incomum no Brasil. E o problema não tem diminuído. Pelo contrário, em amostras analisadas pela ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) em setembro, verificou-se aumento dos índices de não-conformidade para óleo diesel, gasolina e álcool. Mercados com grande consumo de combustível, São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, são considerados críticos. Alterações também foram observadas em diversos outros estados, como Alagoas, Rondônia, Pernambuco, Pará, Sergipe, Minas Gerais e Bahia. Diante desse cenário, um equipamento relativamente simples promete maior segurança aos consumidores na hora de abastecer seus veículos. Trata-se de detector de combustível adulterado, denominado Total Quality.

Ainda um protótipo, foi desenvolvido por Marcelo Ribeiro Faria, membro da ANI (Associação Nacional dos Inventores), e é apresentado em duas versões: interna, para instalação no automóvel, e portátil, para checagem do produto, por exemplo, em postos de abastecimento. A criação custou ao inventor R\$ 300,00 no primeiro caso e R\$ 100,00 no segundo. Segundo ele, a tecnologia propicia a medição da condutividade do combustível. “O bom tem um valor x. Se estiver acima ou abaixo, está adulterado.” O mecanismo adotado permite que se verifique inclusive se houve alteração por solvente, diferentemente do densímetro, que não tem esse alcance. Tal instrumento – o qual obrigatoriamente tem que ser encontrado em todos os postos, conforme determina a ANP – mede a concentração de álcool na gasolina ou de água no álcool. Portanto, é capaz de detectar se tais produtos estão dentro das normas ou ultrapassaram o permitido, o que se constitui na principal desconformidade verificada atualmente em postos no País, segundo a Assessoria de Imprensa do Recap – Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo de Campinas e Região. A despeito disso, Faria observa: “Nem todos os frentistas sabem fazer o teste com esse instrumento.” De acordo com ele, sua invenção resolve também esse problema, já que o equipamento é bastante simples, não exigindo treinamento específico para ser manuseado.

### O mecanismo

Ambos os modelos que criou funcionam a partir de um sensor elétrico que consegue constatar, usando somente 20ml do líquido, se há alguma adulteração. São constituídos de uma pequena caixa onde há um botão para ligar e outro para dar início à avaliação. Em apenas

dez segundos, garante o inventor, é possível fazer a análise precisa. “A tolerância é de 2%. Por exemplo, na gasolina, há acréscimo de 25% de álcool anidro (sem água). Se houver 27%, o equipamento consegue detectar.” O mesmo vale para solvente. Segundo ele, se tiver 2% de água raz ou querosene misturados, o aparelho aponta. Já excesso de água pode ser observado caso haja uma gota a mais, assegura Faria.

Na versão analógica, se a qualidade for boa, o ponteiro indicará a cor verde; se estiver em desconformidade com as normas, a laranja ou vermelha, conforme o produto misturado ao combustível. Na digital, opção ainda em desenvolvimento para instalação em veículos, a variação será numérica. A tecnologia é a mesma, mas nesse caso o sensor, ligado a um cabo cuja função é transmitir a informação para o aparelho no painel do carro, será colocado no tubo de alimentação que irá para o tanque de combustível. Ao começar a abastecer, destaca Faria, o consumidor terá o retorno sobre a qualidade do produto praticamente de imediato. Interrompendo-se o processo, o equipamento – informa o inventor, de fácil instalação, sem prejuízo ao funcionamento do veículo – desligará automaticamente.

Faria tem apresentado o protótipo a montadoras e indústrias de autopeças, na tentativa de vender a alguma delas a idéia para que desenvolvam o aparelho. Segundo lembra, sua adoção poderia evitar aborrecimentos, uma vez que o combustível adulterado pode não apenas fazer com que o carro comece a falhar, mas até fundir o motor.

Enquanto não há no mercado produto similar, o jeito é se precaver para minimizar os riscos de adquirir gasolina ou álcool de má qualidade. O Recap sugere alguns procedimentos para tanto. A primeira regra é desconfiar de preços muito abaixo da média de mercado. Segundo o sindicato, 80% da adulteração se verifica nesse nicho. Além disso, é recomendável escolher estabelecimento conhecido, pedir nota fiscal, procurar abastecer sempre no mesmo posto, observar se o local mantém visível a procedência do combustível, pedir o teste com densímetro se desconfiar da qualidade e, por fim, denunciar à ANP eventuais irregularidades. Isso seria fundamental para garantir a punição devida nesses casos. O que, ao que tudo indica, depende, muitas vezes, de tais manifestações, em especial num cenário como o brasileiro, no qual aparentemente faltam profissionais para a fiscalização efetiva – mesmo levando-se em conta o argumento da assessoria de imprensa da agência, de que a atribuição seria dividida com outros órgãos como Procon e Corpo de Bombeiros. Além deles, na ANP, são apenas 50 a desempenhar essa função, para um universo de cerca de 150 mil postos de abastecimento no território nacional.

## SETOR ELÉTRICO

---

A solução para impedir a venda da Cteep (Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista) e garantir o saneamento financeiro da Cesp (Companhia Energética de São Paulo)

passa necessariamente por um acordo entre os governos brasileiro e paulista. Eis a conclusão de técnicos e entidades representantes dos trabalhadores do setor, como a FNE. Alternativa nesse âmbito foi apresentada pelos engenheiros José Paulo Vieira, presidente da Termoaçu, e Ildo Luís Sauer, professor de Pós-graduação em Energia da USP (Universidade de São Paulo), durante o seminário “Riscos da política de privatização das energéticas paulistas”, realizado pelo Seesp (Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo) no dia 26 de setembro último. O projeto é de gestão compartilhada de ambas empresas pelos governos federal e estadual. Pela proposta, o primeiro, através do grupo Eletrobrás e de Furnas, assumiria a condição de acionista controlador respectivamente da Cesp e Cteep. Para viabilizar isso, conforme sua justificativa, bastaria considerar as ações dessas empresas que a Eletrobrás já detém, adicionando-se parcela das dívidas que a geradora paulista mantém e atualmente renegocia junto à União. No total, seu débito aproxima-se dos R\$ 11 bilhões, sendo o Governo Federal um dos principais credores da companhia. Conforme Vieira, na composição da dívida da Cesp, quase R\$ 4 bilhões são devidos a ele, o qual financiou substancialmente a empresa, através do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Tal instituição, nos últimos anos, vem prestando socorro à geradora paulista sucessivamente. Em 2002, garantiu ajuda de cerca de US\$ 550 milhões; em 2003, foram mais de R\$ 657 milhões; em 2004, R\$ 1,35 milhão. Neste ano, para honrar dívida de curto prazo, o Estado de São Paulo assumiu o compromisso de capitalizar a geradora, até julho de 2006, em R\$ 1 bilhão – valor que espera obter com a alienação de ações da Cteep, empresa altamente lucrativa, cujos ativos estão estimados em R\$ 16 bilhões, segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A proposta alternativa refuta a privatização, embora não descarte, como lembra Vieira, a participação ampla de empregados, fornecedores, outros credores e segmentos da sociedade, com a pulverização do capital entre esses agentes. Mas como acionistas minoritários e/ou parceiros na realização de novos empreendimentos. Essas ações tornariam possível, ainda segundo o engenheiro, a coordenação dos investimentos em expansão da geração e transmissão no território nacional, bem como o equacionamento econômico-financeiro sustentável nesses segmentos para tanto. Está em jogo, na sua concepção, tirar a geradora paulista do marasmo em que se encontra, hoje “anoréxica” e praticamente inviável, sem gestão ou planejamento. “A Aneel há sete anos faz leilões de novas usinas e a Cesp – que tem histórico como propulsora do desenvolvimento no setor – não entrou em nenhum deles”, observa. Para reverter isso, Vieira ressalta que é fundamental “negociar com o órgão federal com visão de longo prazo e não como um socorro a cada ano”. Na sua ótica, a proposta de gestão compartilhada facilita a viabilização disso.

#### Ação política

Na batalha para evitar que a transmissora paulista, de caráter estratégico inclusive ao funcionamento do sistema elétrico nacional, seja desestatizada e ainda tenha seu preço depreciado, aliado importante é o senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT/SP). No seminário em São Paulo, ele alertou para o risco de os recursos obtidos com a sua privatização serem vertidos pelas mesmas engrenagens que absorveram os mais de US\$ 7 bilhões arrecadados

com a venda das empresas resultantes da cisão da Cesp – a despeito disso, ressaltou, as dívidas tanto do Estado quanto da companhia continuaram a se elevar. E os impactos das desestatizações no setor elétrico são velhos conhecidos: demissões de trabalhadores do segmento, aumentos tarifários abusivos, queda na qualidade dos serviços prestados, apagões e racionamento. Como contribuição para brechar esse processo, Suplicy comprometeu-se a levar a proposta dos técnicos ao governador do Estado, Geraldo Alckmin, o que fez no mesmo dia. De acordo com o parlamentar, nessa audiência, o chefe do Executivo paulista declarou que gostaria de chegar a entendimento com o Governo Federal quanto ao destino da companhia. Mas da maneira como estava, não via outra saída senão vender a transmissora. “A não ser que surgisse alternativa”, informou Suplicy. Assim, Alckmin teria dito que se houvesse disposição da União e BNDES, seria possível não desestatizar a Cteep. “Mas é preciso se efetivar esse caminho, mediante entendimento entre as diretorias das empresas estaduais, federais e do BNDES. Se isso acontecer, será positivo”, destacou o senador.

Como resultado dessa ação política, o secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento de São Paulo, Mauro Arce, em encontro no mês de outubro com o presidente do Seesp e da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, atestou o interesse do Governo do Estado em viabilizar acordo com a União. A expectativa é que seja agendada o quanto antes reunião com o BNDES para tratar da questão.

## SISTEMA CONFEA/CREAS

---

Em todo o Brasil, os candidatos à Presidência dos Creas e Confea (Conselhos Regionais e Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) encontram-se na reta final de sua campanha. O pleito acontece de Norte a Sul do País no dia 9 de novembro, das 9h às 20h. Dos mais de 900 mil profissionais congregados ao Sistema, podem votar todos os que estiverem quites com suas anuidades.

Na disputa pelo comando desses órgãos, está em jogo manter tudo como está ou reformulá-los. Transformar e aprimorar o Sistema norteia o programa de trabalho dos que concorrem ao Confea e Creas com o apoio da FNE e sindicatos a ela filiados, em diversos estados. Ao conselho federal, o nome de Ivo Mendes Lima foi referendado em assembléia da federação por representar a defesa de bandeiras historicamente defendidas pela entidade.

Assim, ele propugna por transparência e democracia no órgão, bem como distribuir melhor os recursos que lhe são destinados, de modo a promover o resgate de seu papel precípuo, que é fiscalizar o exercício ilegal da profissão. Seguindo essa linha, o candidato está confiante na vitória, a qual se dará a partir da conscientização de que a mudança é necessária. “Andamos divulgando nossas idéias e há espaço para que nossas propostas de oposição se consolidem”, ressalta. Conforme ele, mesmo com todos os empecilhos impostos durante a campanha por



um Sistema burocrático, pouco afeito à democracia e participação plena nas urnas, os profissionais estão cientes de que é preciso fazer essa alquimia. Ou seja, tornar o Confea presente em seu dia-a-dia, diferentemente do que ocorre hoje. Com esse mote, Mendes visa fortalecer as entidades de classe e dar suporte efetivo aos Creas, em especial àqueles menores, “para que possam desempenhar bem seu papel”.

#### Vitória à vista

Com o intuito de garantir essa performance ao conselho regional no Tocantins, João Alberto Rodrigues Aragão decidiu entrar na disputa e acredita que tem chance real de vencer. “A expectativa é grande, pois minha candidatura, em oposição à atual estrutura do Crea, representa o fim do continuísmo instalado nesse órgão.” De acordo com ele, que tem o apoio do Seageto, são 12 anos de mandato em que se consolidou conselho omisso, burocrático e visando meramente a arrecadação, o que o desgastou. “Hoje todos querem mudanças.”

Também vislumbra a vitória Lélia Barbosa de Sousa Sá, mais conhecida como Lia Sá. Com muitos apoios a sua candidatura ao Crea-DF, incluindo o do Senge local, ela não tem dúvidas: “Estou na luta e tenho grandes chances.” Na sua concepção, pesa a seu favor o fato de ter fama de ser uma pessoa que realmente cumpre com o que se compromete. Sua proposta é de “dar continuidade às coisas boas que foram feitas e renovar outras”. A idéia é ainda trazer experiências positivas de demais conselhos regionais e fortalecer as entidades de classe. Essa aproximação e respeito por outras organizações também está nos planos de Edson Kuwahara, que compete pela Presidência do Crea-AP, com o apoio do Senge no Estado e outras associações. De acordo com sua informação, tal relacionamento praticamente se deteriorou nos últimos seis anos. Além de resgatar isso, ele promete, com planejamento, transpor as distâncias no Estado para levar o órgão até os profissionais. E assim suprir sua demanda por cursos, seminários, palestras e reciclagem tecnológica. Com essa plataforma, Kuwahara crê na vitória. “As perspectivas são as melhores possíveis. As pessoas estão receptivas a nossa proposta.”

O mesmo ocorre no Piauí, garante Antônio Florentino de Souza Filho. Ele surge na disputa no Estado como candidato independente, apoiado pela diretoria do Senge e pela base dos profissionais da engenharia, que pretende acabar com a letargia vivida pelo conselho. “Estamos lutando por total mudança nos seus procedimentos”, enfatiza. Na sua ótica, suas propostas estão afinadas com as categorias da área tecnológica, o que lhe permite ter expectativa positiva de que chegará ao cargo no pleito do dia 9. “Há crítica generalizada sobre a atuação do Crea no Piauí, de que serve somente para arrecadar e punir profissionais”, atesta.

O conselho regional em Alagoas também tem esses vícios e, portanto, deixa a desejar. A poucos dias da eleição, o candidato José Ailton Ferreira Pacheco, que tem o apoio de diversas entidades, entre as quais o Senge, pretende sanar esse problema. Apresentando plataforma por mudanças, ele crê que tem condições de ganhar a disputa. “A perspectiva é boa.”

Em Santa Catarina, a campanha de Carlos Bastos Abraham, sob o lema “O Crea que você precisa” e tendo vários apoios importantes, entre os quais o do Senge, vai “de vento em popa”. Quem assegura é o próprio candidato, que está confiante na vitória. Isso porque, segundo ele, seu projeto de modernizar e dinamizar o conselho, aproximando-o dos profissionais, vai ao encontro dos anseios das categorias da área tecnológica.

Para atender as expectativas dos paulistas por transformações no conselho, Seesp e Faeasp (Federação das Associações de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de São Paulo) selaram aliança em torno de um programa de trabalho comum. Assim, Flávio Brízida retirou sua candidatura em favor de José Tadeu da Silva e passa a ser seu vice nessa disputa. A composição para garantir a vitória nasceu ainda da necessidade de se recuperar a unidade no Estado, com vistas à valorização dos profissionais, por meio do apoio a sua formação e requalificação, da efetiva fiscalização do exercício profissional e da defesa da tecnologia nacional.

## SINDICAL

---

SC

Empossada nova diretoria do sindicato

No dia 25 de outubro, aconteceu a posse festiva da nova diretoria do Senge Santa Catarina, que será comandada por Carlos Rauen na gestão 2005-2008. A cerimônia foi realizada na Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina) e contou com a presença de profissionais da engenharia e autoridades. Ao passar o cargo ao seu sucessor, Carlos Bastos Abraham disse que administrar os interesses de uma categoria tão importante à sociedade, com influências regionais e profissionais, foi uma experiência muito rica. Por isso, “digo que minha missão está apenas começando, estou com garra e força para chegar ao Crea-SC, ao qual sou candidato”. Em seu discurso, Rauen ressaltou as propostas e metas para realizar com êxito essa função e fazer de sua administração a continuação do que vem sendo efetuado na entidade. “Abraham o fez com louvor e essa posse é o seu coroamento.” O presidente eleito diz se sentir plenamente pronto a exercer o comando do sindicato de acordo com o lema “Compromissos e Ações”. “Compromissos porque sempre que os assumi os cumpri e ações porque todo compromisso é complementado por uma ação”, finalizou. Estavam presentes Murilo Celso de Campos Pinheiro, presidente da FNE; o deputado Lício Mauro da Silveira (PP); Jorge Gomes, presidente da CBP (Central Brasileira de Profissionais); José Hülse, ex-vice-governador do Estado; Joãozinho Moritz, decano da engenharia e fundador do Senge; Romualdo Theophanes França Jr., presidente do Departamento Estadual de Infra-estrutura, representando o governador do Estado; Celso Ramos Fonseca, presidente do Crea-SC; e Vinícius Lummertz, presidente da SC Parcerias.

MS

Em pauta, mercado de trabalho

Desde o dia 19 de setembro, engenheiros de várias modalidades e arquitetos têm se reunido para debater o mercado de trabalho e elaborar um plano de ação relativo ao tema. Segundo Arthur Chinzarian, presidente do Senge Mato Grosso do Sul, foram formados grupos de trabalho que se dedicarão a eixos temáticos definidos, como profissionais projetistas, atividades de segurança do trabalho, meio ambiente, construção civil e similar (empregador), bem como de funcionários contratados pelos regimes da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e estatutários. As reuniões ocorrem semanalmente na sede da entidade. Maiores informações pelo telefone (67) 3028-6940, com Deise.

RS

Bolsa estágio ao alcance dos estudantes

Para cumprir com um dos seus objetivos, que é contribuir à qualificação profissional da categoria que representa, o Senge Rio Grande do Sul estenderá essa ação aos estudantes. Para isso, desenvolveu o projeto de Bolsa Estágio através do qual se qualifica como Agente de Integração de Estágios junto às empresas do setor e às instituições de ensino superior. O novo serviço será lançado neste mês de novembro. Segundo Fermin Camison, vice-presidente do Senge, funcionará integrado à Bolsa de Empregos – uma iniciativa da entidade criada em 1993, através da qual o sindicato mantém contato com extenso rol de empresas. Assim, o Senge dará oportunidade aos estudantes de treinamento no ambiente profissional, facultando-lhes o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas pelo mercado. A bolsa permite que adquiram conhecimento e experiência, através do convívio com ambientes profissionais relacionados à sua área de formação e interesse, com supervisão permanente de uma organização que atue diretamente na engenharia ou em áreas afins às atividades da categoria.

AL

Lançada publicação de paisagismo

“Paisagismo de Alagoas” é o título da publicação com levantamento das espécies vegetais realizado por alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Fejal (Fundação Educacional Jayme de Altavila). O objetivo é fazer com que o estudante inicie ou aprimore seu conhecimento das espécies vegetais e aplique-o nos dois semestres consecutivos dessa disciplina. O material reúne 37 espécies de Maceió, com sua classificação, comentário, local da foto e nome do aluno. José Ailton Ferreira Pacheco, presidente do Senge Alagoas, e Fernando Antônio B.Cavalcanti foram consultores do projeto. A organização coube aos professores Rubens de Oliveira Duarte e Marcelo Barros Lima Verde. Interessados na publicação podem entrar em contato com o Senge-AL pelo telefone (82) 3223-6807 ou e-mail [senge\\_al@hotmail.com](mailto:senge_al@hotmail.com).

CE

#### Palestra reúne 122 profissionais

Estruturas tensionadas foi o tema da palestra ministrada pela engenheira Rita Bose, na Fiec (Federação das Indústrias no Estado do Ceará), no dia 22 de agosto último. Na ocasião, 122 pessoas, entre engenheiros, arquitetos e estudantes, receberam informações sobre cabos e tecidos de fibra de vidro com teflon e tecidos com poliéster, além de aplicação de PVC. Bose deu exemplos de obras realizadas nos Estados Unidos, Europa e Brasil, inclusive na cidade de Fortaleza. Foi promovida pelo Senge Ceará em convênio com a Ancom (Associação Nordeste-Brasileira da Construção Metálica), com patrocínio da Fiec, CBCA (Centro Brasileiro de Construção de Aço), Sesi (Serviço Social da Indústria), Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), IEL (Instituto Euvaldo Lodi) e Tecno Staff.

PA

#### Empregados são reintegrados à Celpa

Através de ação judicial no 8º Tribunal Regional do Trabalho, o Senge Pará e o Stiupa (Sindicato dos Urbanitários do Pará) obtiveram liminar de reintegração de 117 empregados da Celpa (Centrais Elétricas do Pará), afastados em abril de 2005. Esses funcionários retornaram ao trabalho em 8 de setembro último, decisão confirmada no dia 15 pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho, que negou o pedido de efeito suspensivo requerido pela empresa. Os sindicatos continuam em estado de alerta e vigilância, informou Manuel José Menezes Vieira, presidente do Senge.

Com data-base em 1º de novembro, os engenheiros tiveram no dia 31 de outubro a primeira rodada de negociação com a Celpa. O Senge enviou a pauta à companhia, reivindicando, entre outros pontos, reposição salarial, abono e PLR (Participação nos Lucros e Resultados).

#### Convenção firmada com Sinicon

No mês de outubro, foi assinada a Convenção Coletiva de Trabalho com o Sinicon (Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada). Assim, os engenheiros do Estado tiveram 6% de reposição salarial e pagamento do salário mínimo profissional, conforme prevê a Lei 4.950/66, entre outras garantias.

# ENTREVISTA

---

Em sua obra de 1998, editada pela Rocco, “Décadas de espanto e uma apologia democrática” – um dos seus 24 títulos publicados –, o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos saúda a base eleitoral de elevada densidade democrática conquistada pelo Brasil e declara sua confiança na “boa competição política” como forma de assegurar os avanços sociais que faltam ao País. Hoje, no auge da crise que atinge o Governo Lula, o PT e a base aliada, com denúncias de corrupção e compra de votos, ele reafirma sua aposta na democracia nacional, ainda incompleta, mas suficientemente vigorosa, aponta o Legislativo como a mais moderna das instituições e descarta reformas radicais no sistema eleitoral brasileiro. Bacharel em Filosofia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e doutor pela Stanford University, é professor do IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) e pró-reitor da Universidade Cândido Mendes.

Pode-se dizer que há democracia no Brasil, apesar das desigualdades?

A democracia surge na história para extinguir desigualdades políticas, o sistema oligárquico em que os cidadãos eram estratificados por renda, cor, sexo, religião ou estado civil. A demanda democrática é por igualdade política, não social. O problema no Brasil é que o Estado não tem condições de garantir o exercício dos direitos constitucionais no País inteiro, como, por exemplo, o de organização no interior do Centro-Oeste, onde o pessoal passa fogo. Portanto, é uma democracia inacabada. No entanto, funciona.

O que se pode dizer do Congresso, hoje na berlinda?

É a mais avançada das instituições democráticas brasileiras. No Parlamento, tudo é público, o pessoal entra com faixa, xinga o deputado, sai no tapa com a segurança. Critica-se muito a ação de parlamentares por uma emenda orçamentária para colocar um posto de saúde na sua base. Mas qual a diferença entre isso e a inclusão de uma determinada alíquota na MP do Bem? Há dois tipos de críticas. Uma é: “Esses caras são eleitos e depois dão as costas ao eleitor.” E a outra: “Esses caras são eleitos e ficam lá colocando emendinha para posto de saúde.” Assim não dá! Ou critica por uma coisa ou por outra.

Com a crise, ressuscitou-se o debate sobre a reforma política. É preciso alterar o sistema eleitoral brasileiro?

Eu acabaria com os suplentes de senadores, que mais recentemente são os financiadores dos titulares. Com relação ao custeio de campanhas, deveria ser privado, com valor autorizado maior que o atual e com registro online. A legislação, que é moralista, é violada; quando se propõe uma ainda mais moralista, vai ser mais violada. Sou contra o financiamento público, que não impede que haja o privado por baixo dos panos. Além disso, já se gasta muito com as

eleições, as de 2004 custaram R\$ 600 milhões. São quase 20 mil seções eleitorais, o país tem cerca de 5.500 municípios. Há o horário eleitoral gratuito. Não há problema algum com o número de partidos no Brasil. Poucas legendas concorrem a todos os cargos e em todos os lugares. Isso não é um desperdício, seja do ponto de vista dos gastos, que é marginal, ou dos votos, que são reduzidos, ou mesmo do tempo na TV, que é ínfimo. Dentro do Congresso, os chamados pequenos partidos são os ideológicos, PCdoB, PSB, PDT. São esses que saem com a cláusula de barreira, junto com o Prona. O PSol nem entra. Qualquer Governo de centro-esquerda a partir de agora vai penar.

O que acontece com o Brasil após essa crise?

Eu acho que o Lula se reelege, a não ser que surja algo novo muito comprometedor, o que eu não acredito que aconteça. Economicamente, não tem qualquer repercussão; as políticas continuam em andamento. É verdade que alguns projetos começam a ter problemas devido à oposição destrutiva no Congresso, que não vota nada. Os indicadores do Governo são muito bons e continuam.

Mas o Governo não poderia ser melhor?

Sempre poderia ser melhor, o que é interessante é entender dentro de que contexto qualquer Governo, mas em particular esse, trabalha. Seus graus de liberdade são muito pequenos. Há as políticas em andamento que têm que continuar e há a administração do dia-a-dia. Sobra um mínimo do orçamento no qual pode mexer. Em relação a essa faixa de liberdade, sobre a qual se pode fazer juízo crítico, o Governo não está indo mal, há uma série de programas sociais que não seriam feitos a não ser por uma administração tipo Lula. Ninguém no exterior diz que Lula é igual a FHC, só se diz isso aqui.

E quanto à política econômica, alvo principal das críticas?

O Brasil recuperou a taxa de investimento que não tinha há dez anos. Estava em 12% e no ano passado chegou a 18%. A política econômica parece a mesma, mas não é. A política de crédito não tem nada a ver com o que foi a de FHC. Mas, sem dúvida, está errando, no tocante às taxas de juros. Existe um conceito chamado potencial econômico, ou seja, aquilo que um país pode produzir usando toda a sua capacidade instalada. Quando a demanda ultrapassa a capacidade potencial há inflação. As taxas de juros visam controlar essa demanda tendo em vista uma certa pressuposição de qual seja a capacidade instalada do País. Mas isso é uma abstração, uma aproximação, baseada nos censos industriais, agrícolas etc. O caso é que o ponto de referência que se usa hoje é de 20 anos atrás. O problema dessa política monetária tem a ver com isso.

Juntamente com as facilidades da era da comunicação instantânea, os usuários de informática, Internet e telefones celulares viram-se frente a novos e desconhecidos riscos. São as famigeradas pragas virtuais. No Brasil, as fraudes eletrônicas cresceram 1.313% no segundo trimestre deste ano, em relação ao mesmo período de 2004, passando de 562 para 7.942 incidentes. Em sua maioria, as vítimas eram pessoas comuns fazendo pagamentos ou movimentações bancárias via web ou pequenos negócios que tiveram seus dados sigilosos devassados e utilizados.

Os números alarmantes a respeito desses ataques, conhecidos como phishing, são do Cert.br (Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança), entidade vinculada ao CGI.br (Comitê Gestor da Internet no Brasil) que desde julho de 2000 publica uma cartilha de segurança contra esse tipo de ameaças. Agora, a versão 3.0, a mais recente do trabalho, chega aos usuários e administradores de rede, que podem aprender a melhorar seus hábitos de navegação segura, gratuitamente.

Segundo Klaus Steding-Jessen, analista de segurança do Cert.br, as principais novidades da cartilha são a ampliação das definições relacionadas a fraudes, a inclusão de novas tecnologias como celulares e PDAs (computadores de dimensões reduzidas, com possibilidade de interconexão com um micro pessoal e rede de informática sem fio) e a criação de uma nova seção dedicada a códigos maliciosos. “Essa versão apresenta uma série de procedimentos para aumentar a segurança do seu computador, numa linguagem menos técnica e que pode beneficiar todos os usuários de Internet”, afirma.

A cartilha é rica em dicas de como se proteger, mas não oferece links para limpeza, o que, para Steding-Jessen, “garante a neutralidade do comitê”. Além disso, argumenta ele, disponibilizar ferramentas específicas “torna o site obsoleto mais rapidamente, em função de novas variações das pragas, e o esforço de atualização fica muito maior”. Ainda assim, o material é riquíssimo em informações, com formatos variados para impressão, como as do glossário, que explica o significado de todos os novos e estranhos termos que surgem juntamente com as ameaças virtuais, como worms (programa capaz de se propagar automaticamente através de redes) e spywares (grande categoria de software que tem o objetivo de monitorar atividades de um sistema e enviar as informações coletadas para terceiros).

Steding-Jessen, que é engenheiro de computação pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e doutorando em Computação Aplicada, com ênfase em Segurança, no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), lembra que, ingenuamente, o usuário médio julga não possuir nada em sua máquina que possa atrair um invasor e desconhece como pode ser afetado. Alguns exemplos põem por terra a sensação de segurança: a máquina pode ser comprometida automaticamente, via rede, infectada por um bot (código malicioso) e controlada remotamente para enviar spam, atacar outros sistemas e invadir equipamentos alheios. Computadores e conexão de Internet muito lentos podem significar que há um invasor alojado em seu PC pronto para obter números de contas, senhas, cartão de crédito ou

declarações de Imposto de Renda. Ele também pode replicar-se e espalhar seu comportamento malicioso pelos endereços de e-mail do catálogo existente na máquina.

Evitar tamanho risco, ensina o engenheiro, depende de prevenção, que pode manter a “saúde” dos equipamentos, assim como preservar dados confidenciais.

O que está à disposição

O site da cartilha foi reformulado visualmente e tem novas funcionalidades. Há sempre uma dica do dia, mais opções de downloads, glossário atualizado, cuidados com telefones celulares e outros aparelhos com bluetooth (tecnologia de radiofrequência de baixo alcance), redes sem fio, identificação de conexão segura, checklist e uma nova área apenas para a categoria de códigos maliciosos e informações recentes enviadas por e-mail para os cadastrados no serviço.

Consulte:

[www.cert.br/](http://www.cert.br/)

[www.cgi.br/](http://www.cgi.br/)

[www.cartilha.cert.br](http://www.cartilha.cert.br)

[www.cartilha.cert.br/malware](http://www.cartilha.cert.br/malware)